

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação nº 1026582-19.2015.8.26.0576, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é apelante VAGNER RIBEIRO DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA) e é apelada PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **NEGARAM PROVIMENTO AO APELO, V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), BERENICE MARCONDES CESAR e CESAR LUIZ DE ALMEIDA.

São Paulo, 17 de setembro de 2019.

Celso Pimentel
relator
assinatura eletrônica

Voto nº 40.618

Apelação nº 1026582-19.2015.8.26.0576

7ª Vara Cível de São José do Rio Preto

Apelante: Vagner Ribeiro da Silva

Apelada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

28ª Câmara da Seção de Direito Privado

Ausente sequela do acidente de trânsito, mantém-se rejeição da demanda por indenização do seguro obrigatório.

Autor apela (fls. 130/133) da respeitável sentença que lhe rejeitou demanda por indenização do seguro obrigatório (fls. 126/128). Insiste na pretensão, as lesões sofridas no acidente, e na invalidez total e permanente.

Dispensava-se preparo (fl. 12) e veio resposta (fls. 136/141).

É o relatório.

Vítima de acidente de trânsito, o autor, segundo a perícia do insuspeito IMESC, “sofreu traumatismo torácico, que, tendo sido submetido a tratamento conservador – não cirúrgico, evoluiu sem sequela

funcional secundária à lesão já consolidada” (fl. 113).

No sistema do seguro obrigatório, o que se indeniza são as sequelas, não as lesões.

Assim, impunha-se mesmo a rejeição da demanda e, diante da decadência recursal, eleva-se em um ponto percentual o arbitramento da honorária de sucumbência.

Pelas razões expostas, nega-se provimento ao apelo.

Celso Pimentel
relator